ROTINA E JOGOS COOPERATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRODUTOS EDUCACIONAIS COMO APORTES NA CONSTRUÇÃO DO JUÍZO MORAL

Maria Carolina Canale Sanches RODRIGUES

UNESP Assis

Eduardo da Silva BENETTI

UNESP Assis

Rita Melissa LEPRE

UNESP Assis

Eixo 7 - Educação, desenvolvimento e aprendizagem

maria-carolina.rodrigues@unesp.br

Palavras-chave: Juízo Moral. Educação Infantil. Produtos Educacionais.

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar dois produtos educacionais voltados à construção do juízo moral na Educação Infantil, fundamentados na organização intencional da rotina e nos jogos cooperativos. Adota-se uma pesquisa qualitativa de natureza teórico-analítica de duas dissertações de mestrado profissional e seus respectivos produtos educacionais. A análise orientou-se pela interpretação crítica da fundamentação teórica, das estratégias pedagógicas propostas e de suas contribuições para a promoção da construção do juízo moral. Os resultados indicam que a rotina, quando planejada intencionalmente, favorece a participação das crianças e a assimilação de regras, em um ambiente cooperativo contribuindo para a descentração. Os jogos cooperativos promovem interação, diálogo e resolução coletiva de conflitos, ampliando a compreensão das regras como construções sociais e fortalecendo condutas pautadas na reciprocidade e na justiça. Observou-se, ainda, que ambas as estratégias apresentam potencial formativo quando articuladas, uma vez que narram experiências morais vivenciadas pelas crianças. Conclui-se que o desenvolvimento do juízo moral na Educação Infantil depende de contextos pedagógicos intencionalmente organizados, nos quais a criança também se torne protagonista das interações sociais. Destaca-se que a efetividade dessas propostas está diretamente relacionada à mediação docente, exigindo conhecimento teórico e intencionalidade pedagógica
.

Palavras-chave: Juízo Moral. Educação Infantil. Produtos Educacionais.

1. Introdução

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da educação básica, possui papel fundamental na formação integral da criança (Brasil, 2018), incluindo a dimensão sociomoral. Nesse contexto, a rotina e os jogos assumem um ponto central, visto os eixos estruturantes dessa etapa, as interações e brincadeiras, conforme estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018).

Partindo do pressuposto de que a construção do juízo moral, base da dimensão sociomoral, se constrói nas/das interações e no ambiente, este estudo analisa duas estratégias pedagógicas, provenientes de estudos empíricos: a organização intencional da rotina e os jogos cooperativos. Ambas as estratégias se articulam e se complementam por meio da promoção da autorregulação, da cooperação e da construção do juízo moral, sob a ótica da teoria piagetiana na Educação Infantil.

O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão narrativa e uma análise de dois dos produtos educacionais[1] derivados dessas propostas, discutindo seus impactos e limites no contexto da Educação Infantil, que abordam a rotina e os jogos cooperativos como ferramentas para a construção do juízo moral.

2. Fundamentação teórica

A construção do juízo moral, segundo Piaget (1994), ocorre de maneira processual, a partir das interações sociais estabelecidas pela criança com seus pares, com os adultos e no meio que a rodeia. Para o autor, o desenvolvimento moral não se reduz à obediência de regras ou à normas impostas externamente, mas consiste em um processo de construção ativa, no qual a criança passa por fases, inicialmente anomia para a heteronomia e, posteriormente, a autonomia moral (Piaget, 1994).

Na moral heterônoma, as relações de coação são presentes, nas quais a regra é vista como única, sagrada e imutável, sendo legitimada pela autoridade adulta, existindo assim, uma assimetria de poderes que é refletido na forma de respeito unilateral, ou seja, a criança não segue as regras por compreendê-las necessárias para o pleno convívio social, mas pelo medo de sofrer sanções, sejam expiatórias ou não. Já na moral autônoma, a criança passa a compreender que as regras são construções e contratos sociais e, portanto, podem ser discutidas, negociadas e reorganizadas coletivamente. Nesse estágio, emergem relações pautadas na cooperação, justiça e respeito mútuo, elementos fundamentais para a construção da justiça e da consciência moral (Piaget, 1994).

[1] Produtos educacionais apresentados como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Docência Básica FC/Unesp – Bauru.

Conforme destaca Piaget (1994, p. 23), “toda moral consiste num sistema de regras e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”. Entretanto, esse respeito não deve ser confundido com mera submissão. Para que haja, de fato, o desenvolvimento moral, faz-se necessária a vivência de relações sociais baseadas na cooperação, no diálogo e no respeito mútuo, nas quais a criança participe ativamente da construção das normas que regulam a convivência.

Nesse sentido, a escola ocupa papel central na promoção do desenvolvimento sociomoral, especialmente, nesse estudo, na Educação Infantil, etapa em que as primeiras experiências sociais e coletivas são intensificadas. A rotina escolar, quando organizada de forma intencional e planejada, ultrapassa apenas o caráter organizacional e burocrático e passa a constituir-se como uma ferramenta pedagógica promotora de experiências e vivencias morais, oportunizadas intencionalmente pelo professor. Ao estruturar tempos, espaços, combinados e interações, a rotina possibilita que a criança antecipe acontecimentos, compreenda regras e participe da vida coletiva (Rodrigues, 2024).

Tal perspectiva é corroborada pela dissertação intitulada “*A Rotina Intencional e Planejada na Educação Infantil como Base para a Construção do Juízo Moral na criança Bem Pequena*” (Rodrigues, 2024), ao evidenciar que a rotina pode favorecer diretamente experiências relacionadas ao desenvolvimento moral. Segundo Rodrigues (2024, p.9), “a rotina planejada e intencional pode ser uma base para a construção do juízo moral, auxiliando assim a criança a percorrer esse caminho psicogenético até a autonomia moral posteriormente”.

Ainda segundo a pesquisa, experiências intencionalmente organizadas no cotidiano escolar promovem cooperação e descentração, uma vez que é possível incentivar a promoção da construção do juízo moral, por meio das vivências de cooperação e descentração. Dessa forma, a rotina deixa de ser apenas uma sucessão de atividades e torna-se espaço de aprendizagem moral cotidiana.

DeVries e Zan (1998), baseadas nos pressupostos piagetianos para o contexto escolar, defendem que ambientes sociomorais construtivistas favorecem o desenvolvimento da autonomia ao permitirem que as crianças participem ativamente da resolução de conflitos e da construção de regras. Para as autoras, uma criança aparentemente obediente não necessariamente apresenta desenvolvimento moral avançado, pois “a obediência em si não é um objetivo moral” (DeVries; Zan, 1998, p. 36). Nessa perspectiva, o papel do professor não consiste em controlar comportamentos por meio de punições e recompensas, mas em organizar contextos que favoreçam reflexão, diálogo e tomada de consciência.

Nesse sentido, ambientes construtivistas são aqueles em que as crianças são ouvidas em sua completude, desde sugestões, ideias, opiniões, além de participarem das propostas de atividades, de regras e combinados de sala de aula, tudo de forma mediada pelo professor, desenvolvendo o senso de pertencimento, de respeito mútuo e de cooperação em prol do desenvolvimento integral da criança.

Corroborando com essa proposta, os jogos cooperativos configuram-se como importante estratégia pedagógica para a promoção da moralidade infantil. Diferentemente de práticas centradas na competição individual, tais jogos demandam interdependência, negociação e resolução coletiva de problemas, favorecendo relações de reciprocidade (Bennetti, 2023).

Os dados encontrados na pesquisa intitulada "*Jogos cooperativos e a percepção da justiça retributiva em crianças da Educação Infantil*" (Benetti, 2023) reforçam essa compreensão ao demonstrar avanços significativos no desenvolvimento moral por meio dessas práticas. Conforme Benetti (2023, p.7), os jogos cooperativos promoveram "atitudes mais refletidas através da tomada de consciência, utilizando o diálogo para resolver conflitos". Portanto, um planejamento intencional, na qual as crianças participam ativamente no processo de elaboração das atividades, desde sua rotina, podem para "a construção de um ambiente cooperativo e recíproco, em que a cooperação tem papel fundamental no cotidiano escolar" (Benetti, 2023, p.7), ampliando a percepção da justiça retributiva e favorecendo escolhas pautadas na reciprocidade.

Ao aprofundar a discussão sobre moralidade e ética, La Taille (2006) destaca que a construção da moralidade não depende apenas da compreensão cognitiva das regras, mas também da constituição de um sujeito capaz de atribuir valor às próprias ações. Assim, a escola não deve restringir-se ao ensino de comportamentos socialmente desejáveis, mas promover condições para que a criança reflita sobre o sentido de suas ações e sobre sua responsabilidade diante do outro.

Segundo La Taille (2006), o respeito é uma categoria central na construção moral, uma vez que possibilita reconhecer o outro como legítimo interlocutor. Dessa forma, práticas pedagógicas pautadas no diálogo, cooperação e resolução compartilhada de conflitos favorecem não apenas a internalização de regras, mas a construção de valores morais mais estáveis.

Diante disso, tanto a rotina quanto os jogos cooperativos configuram-se como importantes ferramentas da autorregulação infantil e aportes para a construção do juízo moral em crianças desde a etapa da Educação infantil.

3. Procedimentos Metodológicos

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza teórico-analítica, tendo como base duas dissertações de mestrado profissional e seus respectivos produtos educacionais produzidas no âmbito da Educação Infantil. A proposta deste procedimento metodológico orienta-se pela compreensão de que, na pesquisa qualitativa, a análise não se pauta por critérios de exaustividade, mas pela profundidade interpretativa e pela pertinência teórica dos materiais selecionados (Minayo, 2014).

A escolha por essa abordagem justifica-se pela possibilidade de aprofundamento interpretativo dos estudos analisados, permitindo não apenas a descrição de seus achados, mas também a problematização de seus fundamentos, contribuições e limites no campo da educação infantil e sociomoral. De acordo com Severino (2016) o objeto de análise é constituído por produções já elaboradas, demandando do pesquisador um movimento de interpretação, articulação e crítica. Nesse sentido, o estudo não se limita à descrição dos trabalhos analisados, mas busca estabelecer relações, identificar convergências e explicitar tensões presentes nas produções selecionadas.

A base da pesquisa foi constituída por duas dissertações intituladas 1) A Rotina Intencional e Planejada na Educação Infantil como Base para a Construção do Juízo Moral na criança Bem Pequena e seu produto educacional "Uma rotina de valor", e 2) Jogos cooperativos e a percepção da justiça retributiva em crianças da Educação Infantil e seu produto educacional "Jogos Morais". A seleção dessas produções baseou-se em critérios de pertinência temática, uma vez que ambas investigam o desenvolvimento do juízo moral na Educação Infantil, pautadas na epistemologia genética de Piaget e desenvolvidas no mesmo programa de pós-graduação[2], cujas temáticas se afinam e se complementam mutuamente, o que favorece a comparabilidade entre seus pressupostos teóricos e metodológicos e que resultaram em sequências e estratégias didáticas para orientar o trabalho docente como produtos educacionais.

Buscou-se estabelecer relações entre os estudos, identificando especificidades e possíveis lacunas. Essa análise comparativa permitiu evidenciar aproximações no que se refere à valorização de práticas intencionais na Educação Infantil, bem como nas estratégias pedagógicas propostas, organização da rotina e jogos cooperativos na primeira etapa da Educação Básica.

Também foram observadas a efetividade dos produtos educacionais elaborados em cada pesquisa, considerando sua aplicabilidade no contexto escolar, seu alinhamento teórico e suas contribuições para a prática docente.

[2] Programa de Pós-Graduação em Docência Básica FC/Unesp – Bauru.

4. Resultados obtidos

A análise dos estudos evidencia que a reorganização intencional da rotina escolar assume papel estruturante no desenvolvimento integral da criança, abarcando também o âmbito sociomoral. Ao deslocar a rotina de uma função meramente organizacional para uma ferramenta pedagógica, observa-se a viabilidade de oportunizar interações sociais baseadas na convivência ética entre as crianças, especialmente no que se refere à cooperação, ao diálogo e à resolução de conflitos.

Estratégias como rodas de conversa, construção coletiva de combinados e mediação docente em situações de conflito mostraram-se centrais nesse processo, pois favorecem a participação ativa das crianças na elaboração e compreensão das regras que orientam a convivência. Esse movimento contribui para a transição futura de relações pautadas na heteronomia para formas mais autônomas de regulação, na medida em que a criança passa a atribuir sentido às normas vivenciadas no cotidiano.

Outro aspecto relevante refere-se à previsibilidade proporcionada por uma rotina estruturada. Ao antecipar acontecimentos e compreender a organização do tempo e das atividades, a criança desenvolve maior segurança emocional e cognitiva, o que impacta diretamente sua capacidade de autorregulação. Nesse contexto, a rotina não apenas organiza o ambiente, mas também sustenta processos internos de controle do comportamento, favorecendo a internalização progressiva de regras e valores.

No que se refere aos jogos cooperativos, os dados analisados indicam contribuições significativas para o desenvolvimento de atitudes mais reflexivas e socialmente orientadas. Diferentemente de práticas centradas na competição, esses jogos promovem situações em que o êxito depende da ação conjunta, exigindo negociação, escuta e tomada de perspectiva.

Observa-se que, ao participarem dessas experiências, as crianças passam a recorrer com maior frequência ao diálogo como estratégia de resolução de conflitos, substituindo respostas impulsivas ou centradas no interesse individual por alternativas mais equilibradas, baseadas na reciprocidade. Esse deslocamento sugere avanços na compreensão das regras como construções coletivas e na ampliação da noção de justiça (Benetti, 2023; Rodrigues, 2024).

Além disso, os jogos cooperativos contribuem para a constituição de um ambiente mais colaborativo, no qual as interações tendem a se tornar mais generosas e menos competitivas. Esse tipo de experiência favorece não apenas a vivência de valores morais, mas também sua problematização, na medida em que as crianças são constantemente desafiadas a negociar sentidos, resolver impasses e considerar o ponto de vista do outro.

A análise dos produtos educacionais evidencia um conjunto relevante de contribuições para a prática pedagógica, ao mesmo tempo em que revela limites que precisam ser considerados. Entre as principais fragilidades identificadas, destaca-se a forte dependência do contexto de aplicação e, sobretudo, da práxis docente. A intencionalidade do professor, sobretudo nas mediações de conflitos e sua compreensão teórica mostram-se determinantes para o alcance dos resultados, o que pode dificultar a replicação das propostas em contextos distintos.

A relevância dos produtos educacionais é expressiva. Destaca-se o forte vínculo com a prática docente, evidenciado pela inserção das propostas no cotidiano escolar e pela sua aplicabilidade imediata. Trata-se de materiais que dialogam diretamente com as demandas da Educação Infantil, oferecendo subsídios concretos para a atuação do professor durante o cotidiano e baseados em eixos estruturantes dessa etapa.

Os produtos contribuem significativamente para a formação docente, ao promoverem a reflexão sobre a intencionalidade pedagógica e o papel do professor como promotor intencional do desenvolvimento moral. Por fim, os impactos positivos observados nas relações sociais entre as crianças indicam que as propostas analisadas possuem potencial transformador, especialmente no que se refere à construção de ambientes mais cooperativos e eticamente orientados.

A análise dos estudos permite afirmar que a rotina intencional e os jogos cooperativos configuram-se como ferramentas no desenvolvimento moral na Educação Infantil. Enquanto a rotina atua como estrutura organizadora do cotidiano, garantindo estabilidade, previsibilidade e continuidade das interações, os jogos cooperativos introduzem situações dinâmicas que exigem negociação, tomada de decisão e resolução de conflitos em tempo real.

Essa complementaridade evidencia que o desenvolvimento moral não se sustenta apenas em momentos pontuais ou atividades específicas, mas requer a articulação entre diferentes dimensões do cotidiano escolar. A rotina oportuniza condições para a descentração, ao passo que os jogos possibilitam a vivência concreta de regras sociais, tensionando e ressignificando a construção do juízo moral.

Entretanto, a ausência de integração mais sistemática entre essas estratégias limita seu potencial formativo. Quando desenvolvidas de forma isolada, tendem a produzir efeitos localizados, sem necessariamente consolidar processos mais amplos de construção da autonomia moral. Nesse sentido, uma proposta pedagógica que articule intencionalmente a organização da rotina com práticas lúdicas cooperativas pode ampliar significativamente os resultados, ao oferecer maior coerência e continuidade às experiências vivenciadas pelas crianças.

5. Conclusões

Por fim, os estudos analisados reforçam a importância da intencionalidade pedagógica na Educação Infantil, evidenciando que o desenvolvimento moral não ocorre de forma espontânea, mas depende de contextos cuidadosamente organizados, planejados e de intervenções docentes intencionais. Nesse cenário, a articulação entre teoria e prática mostra-se fundamental para a consolidação de propostas educativas que promovam, de fato, a construção da autonomia moral desde a infância.

Para tanto, ressalta-se a importância de formação docente que priorize também a dimensão sociomoral do desenvolvimento infantil, afim de contribuir para a consolidação de práticas pedagógicas intencionais e comprometidas com a formação de sujeitos éticos e críticos desde a Educação Infantil.

6. Principais referências

BENETTI, Eduardo Silva. *Jogos cooperativos e a percepção da justiça retributiva em crianças da Educação Infantil*. 2023. Dissertação (Mestrado em Docência para Educação Básica) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, 2023.

BENETTI, Eduardo Silva. *Jogos morais*. 2023. Disponível em https://www.calameo.com/read/0071500595f5dd8a073b5. Acesso em 22 de abril de 2026.

DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. *A ética na educação infantil: o ambiente sociomoral na escola*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LA TAILLE, Yves de. *Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PIAGET, Jean. *O juízo moral na criança*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1994.

RODRIGUES, Maria Carolina Canale Sanches. *A rotina intencional e planejada na Educação Infantil como base para a construção do juízo moral na criança bem pequena*. 2024. Dissertação (Mestrado em Docência para Educação Básica) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, 2024.

RODRIGUES, Maria Carolina Canale Sanches; LEPRE, Rita Melissa Lepre. *Uma rotina de valor. Estratégias pedagógicas para transformar a rotina em uma ferramenta para a promoção do Juízo M oral em crianças bem pequenas.* 1ª edição. Gradus Editora: Bauru, 2024. Disponível em

https://www.graduseditora.com/_files/ugd/c7d661_56429c6d3cd54c68b420a8b8612c1917.pdf Acesso em 20 de abril de 2026.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.